

Municípios contra a violência, cidades mais seguras

Marina Lemle 19/03/2008 - 00:00

A participação municipal no planejamento e na gestão da segurança pública é uma tendência que vem mudando paradigmas nos últimos anos. Unidade federativa mais próxima do cidadão, o município tem melhores condições de avaliar questões locais e encontrar soluções preventivas, contando com a participação de órgãos públicos de diferentes áreas e esferas e da sociedade. Entretanto, nem sempre os planos de segurança pública têm continuidade com as trocas de governo.



Haydée Caruso e Florencia Balestra

De acordo com a advogada e pesquisadora Florencia Fontán Balestra, que desenvolveu com o Viva Rio planos para diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, a questão política é chave. “Numa troca de gestão, pode não haver vontade política para a continuidade de um plano de segurança. A relação do prefeito com o governador pode vir a determinar, por exemplo, a participação ou não das polícias nos Conselhos de Segurança. Um prefeito não pode convocar um comandante da PM”, explica Florencia.

Outro entrave para a continuidade dos planos é a dificuldade de se avaliar os impactos das ações. Segundo Florencia, muitos planos nascem sem a previsão de indicadores, monitoramento e avaliação. “A violência envolve muitas variáveis. É preciso fazer estudos antes e depois”, ensina.

A antropóloga Haydée Caruso, doutoranda da UFF, defende a criação de mecanismos para garantir a continuidade das políticas de segurança que obtenham bons resultados, independente do período de quatro anos da gestão governamental. “É preciso investir na continuidade e na avaliação das políticas”, diz.

São Leopoldo: desarmamento e prevenção



Apesar da falta de indicadores, os gestores podem refletir sobre os dados disponíveis. É o que faz Carlos Sant'Ana, secretário municipal de Segurança Pública de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Ele atribui ao Estatuto do Desarmamento a redução do número de homicídios de 70 para 48 por ano de 2003 a 2005. "A campanha do desarmamento em São Leopoldo é *sui generis*. Apesar de sediar duas fábricas de armamentos, a cidade entregou muitas armas e os homicídios caíram", afirma.

Nos anos seguintes, entretanto, com o fim da campanha, os homicídios voltaram a aumentar: 55 em 2006 e 68 em 2007. Para Sant'ana, é preciso considerar que a cidade é vizinha de Porto Alegre, onde a violência cresceu bem mais: "Em Porto Alegre, os índices subiram 60% entre 2006 e 2007 e em São Leopoldo, 20%. Conseguimos neutralizar os efeitos", afirma.

Em 2006, a Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo lançou o programa Comunidade Segura, que fez o diagnóstico da violência e da criminalidade na cidade. "Em audiências públicas divulgamos a idéia de o município trabalhar na segurança pública, sem que isso se confunda com a atividade de polícia. Também ouvimos propostas das comunidades e de setores específicos, como empresariado, igrejas, instituições de classe e sindicatos", conta Sant'ana.



Implantado há dois anos, o programa reúne projetos multisetoriais de prevenção e designa à Guarda Municipal o papel de agente de cidadania. Um dos objetivos estratégicos é a redução de homicídios de jovens. A cidade tem um problema grave de violência de gangues e é conhecida por exportar violência de torcidas. "Ainda não chegamos nos resultados desejados, mas estamos disputando espaço com as gangues oferecendo formação, oficinas de solução pacífica de conflitos e atividades lúdicas", diz o secretário.

Sant'ana destaca ainda o trabalho do Gabinete de Gestão Integrada e Fiscalização em Gestão Urbana de São Leopoldo, que reúne 11 secretarias municipais, Polícia Civil, Brigada Militar (a PM gaúcha), Polícia Rodoviária, Polícia Federal, Bombeiros, conselhos tutelares e o Ministério Público. Em reuniões mensais, os representantes discutem problemas que surgiram e tentam se antecipar a novas ocorrências.

Recife: plano por cidadania em espaço seguro

Construído de forma coletiva e participativa, o Plano Municipal de Segurança Cidadã - em Defesa da Vida, de Recife abriu caminho para o

desenvolvimento de projetos de prevenção da violência apoiados pelo governo federal. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) já aprovou e vai financiar projetos como o Recife Construindo Cidadania e o Espaço Urbano Seguro.

“Antes da construção do plano, as políticas eram desenvolvidas através das secretarias. Com o plano ficou mais fácil elaborar projetos de captação de recursos para realização de ações planejadas e dirigidas para as áreas mais necessitadas”, afirma Karla Menezes, secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã de Recife.

O plano começou a ser construído em agosto de 2006, com a realização de oficinas com as comunidades de 18 microrregiões do Recife, bem como oficinas setoriais com órgãos de justiça e segurança, Guarda Municipal, iniciativa privada, universidades, empresas de comunicação e entidades de direitos humanos.

A partir das oficinas, foram estabelecidos os principais eixos do programa: a construção de um espaço urbano seguro para a melhor convivência entre as pessoas; a formação da Guarda Municipal como agente de cidadania e prevenção da violência; a implementação de políticas para grupos sociais vulnerabilizados, incluindo o atendimento a vítimas; a promoção de políticas de prevenção ao consumo de drogas lícitas e ilícitas; e a reorganização institucional para uma execução eficaz do plano e o seu monitoramento pela sociedade. “A implementação de políticas públicas no âmbito de prevenção da violência ocorre de forma transversal e multidisciplinar”, diz Karla.

Um fator importante do plano de Recife é a definição do papel da Guarda Municipal, que teve seu campo de atuação ampliado. Além de fazer a segurança patrimonial pública, dedica-se também à segurança de escolas, de trânsito, defesa civil e ainda dá apoio aos fiscais da prefeitura, presta atendimento aos turistas; faz segurança de eventos, dá apoio emergencial à população, auxilia a brigada ambiental na preservação do meio ambiente e serve de apoio a ações das polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros.



Foto: Carla Barbosa

Guardas municipais fazem palestra sobre desarmamento para crianças

Diadema: fechamento de bares e capacitação para jovens

Uma das experiências mais antigas e reconhecidas no Brasil é a do município de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo. Em 1999, a cidade de cerca de 270 mil habitantes tinha a maior taxa de homicídios do estado de São Paulo. Entre os anos de 1999 e 2005, no entanto, a taxa de homicídios sofreu uma queda bastante acentuada.

A partir de 2001, o prefeito começou a participar do planejamento do trabalho policial em reuniões periódicas com policiais civis e militares. A criação da Secretaria Municipal de Defesa Social e a reformulação da Guarda Civil Municipal (GCM) também fortaleceram gestão integrada.

A partir do diagnóstico feito pelo Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), a prefeitura passou a implementar uma série de ações de controle e prevenção da violência. Uma medida polêmica, porém eficaz, obriga os bares a fecharem às 23h, evitando o comércio de bebidas alcoólicas durante a noite, já que, segundo o diagnóstico, esse era o período no qual se concentravam os homicídios. O controle se somou a ações de prevenção, como o Projeto Aprendiz, para adolescentes e jovens, e a Casa Beth Lobo, que combate a violência contra a mulher.

Paralelamente, a Guarda Municipal passou a fazer o monitoramento das estatísticas criminais. Fóruns itinerantes discutem a segurança pública nas diferentes regiões da cidade. O Instituto Sou da Paz, que fez o II Plano Municipal de Segurança Pública de Diadema, também acompanha a sua implementação pela prefeitura.

O sucesso da experiência de Diadema indica que as ações, quando levadas a cabo e com continuidade, contribuem para a diminuição da violência. E a própria divulgação do trabalho na cidade impulsiona esse êxito.

Na Biblioteca Virtual:

Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros
Conheça também os casos de Belo Horizonte, São Paulo e Resende no artigo de Carolina de Mattos Ricardo e Haydée Glória Cruz Caruso

O papel dos municípios na segurança pública
Túlio Kahn e André Zanetic, Senasp, 2006

Paulo de Mesquita Neto e Eduardo R. Capobianco (2001), Instituto São Paulo contra a Violência

O município de Restinga Seca e as relações de sua população com a Polícia Civil em contraponto aos registros realizados
Jun Sukekava em "Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes Latino-americanos", Viva Rio, 2007

Em outros sites:

Programa Comunidade Segura da Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo, RS

Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã de Recife

Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência do Município de Nova Iguaçu, RJ

Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos para Municípios

Manual elaborado por Bernice van Bronkhorst para o Banco Mundial (Arquivo PDF)

Recomendações resultantes da Conferência Internacional de Segurança em Cidades do Mundo, realizada em outubro de 2007 em Monterrey, México, pela UN Habitat (em inglês)

Municipalização ou "descentralização" da segurança pública
Sérgio Ricardo de França Coelho